



VICENTE PAULO
MARCELO ALEXANDRINO

Resumo de DIREITO
CONSTITUCIONAL
DESCOMPLICADO

16^a revista e
edição atualizada



- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
 - Fechamento desta edição: 04.05.2022
 - Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
 - **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
 - Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
 - Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
 - Capa: Aurélio Corrêa
 - **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.
-

P356r
16. ed.

Paulo, Vicente
Resumo de direito constitucional descomplicado / Vicente Paulo, Marcelo Alexandrino. – 16. ed., rev. e atual. – Rio de Janeiro: Método, 2022.

472 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5964-469-8

1. Direito constitucional – Brasil. 2. Direito constitucional – Problemas, questões, exercícios.
3. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Alexandrino, Marcelo. II. Título.

22-77349

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

DIREITO CONSTITUCIONAL E CONSTITUIÇÃO	1
1. Origem, conteúdo e objeto do Direito Constitucional	1
1.1. Constituição em sentido sociológico, político e jurídico	2
2. Classificação das Constituições	4
2.1. Quanto à origem	4
2.2. Quanto à forma	5
2.3. Quanto ao modo de elaboração	5
2.4. Quanto ao conteúdo	5
2.5. Quanto à estabilidade	6
2.6. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico) ..	7
2.7. Quanto à extensão	7
2.8. Quanto à finalidade	8
2.9. Quanto à sistematização	9
2.10. Classificação e estrutura da Constituição Federal de 1988	9
3. Entrada em vigor de uma nova Constituição	11
3.1. Retroatividade mínima	12
3.2. Entrada em vigor da nova Constituição e a Constituição preté- rita	13
3.2.1. Desconstitucionalização	13
3.3. Direito ordinário pré-constitucional incompatível	14
3.4. Direito ordinário pré-constitucional compatível	14
3.5. Direito ordinário pré-constitucional não vigente	17
3.6. Direito ordinário em período de <i>vacatio legis</i>	18
4. Classificação das normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade	19
4.1. Normas de eficácia plena	19
4.2. Normas de eficácia contida	20
4.3. Normas de eficácia limitada	20
4.3.1. Eficácia das normas programáticas	22
5. Interpretação da Constituição	23
5.1. Princípio da unidade da Constituição	23
5.2. Princípio do efeito integrador	24
5.3. Princípio da máxima efetividade	24
5.4. Princípio da justeza	24
5.5. Princípio da harmonização	24

5.6. Princípio da força normativa da Constituição.....	25
5.7. Interpretação conforme a Constituição	25
6. Poder constituinte	26
6.1. Conceito.....	26
6.2. Titularidade e exercício	26
6.3. Espécies	27
6.3.1. Poder constituinte originário.....	27
6.3.2. Poder constituinte derivado	28
6.3.3. Poder constituinte difuso.....	28
6.3.4. Poder constituinte supranacional.....	29

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS, DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	31
1. Princípios fundamentais	31
2. Direitos e garantias fundamentais – teoria geral e regime jurídico	35
2.1. Origem	35
2.2. Os quatro <i>status</i> de Jellinek.....	35
2.3. Distinção entre direitos e garantias	36
2.4. Características.....	36
2.5. Dimensões objetiva e subjetiva.....	37
2.6. Classificação	38
2.7. Destinatários	39
2.8. Relações privadas.....	39
2.9. Natureza relativa	40
2.10. Restrições legais.....	40
2.11. Conflito (ou colisão).....	41
2.12. Renúncia	41
3. Os direitos fundamentais na Constituição de 1988 – aspectos gerais	42
3.1. Aplicabilidade imediata	43
3.2. Enumeração aberta.....	44
3.3. Restrições e suspensões admitidas constitucionalmente.....	44
3.4. Tratados e convenções internacionais com força de emenda constitucional.....	44
3.5. Tribunal Penal Internacional.....	45
4. Direitos e deveres individuais e coletivos enumerados na Constituição Federal de 1988 (art. 5.º)	46
4.1. Direito à vida	46
4.2. Direito à liberdade	47
4.3. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e inciso I).....	47
4.4. Princípio da legalidade (art. 5.º, II).....	50
4.5. Liberdade de expressão (art. 5.º, IV, V, IX, XIV)	51
4.6. Liberdade de crença religiosa e convicção política e filosófica (art. 5.º, VI, VII, VIII)	54

4.7. Inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5.º, X).....	57
4.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI).....	59
4.9. Inviolabilidade das correspondências e comunicações (art. 5.º, XII)	60
4.10. Liberdade de atividade profissional (art. 5.º, XIII)	62
4.11. Liberdade de reunião (art. 5.º, XVI).....	62
4.12. Liberdade de associação (art. 5.º, XVII a XIX).....	63
4.13. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII a XXXI).....	64
4.14. Desapropriação (art. 5.º, XXIV)	66
4.15. Requisição administrativa (art. 5.º, XXV).....	66
4.16. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII).....	67
4.17. Direito de informação (art. 5.º, XXXIII).....	67
4.18. Direito de petição (art. 5.º, XXXIV, “a”)	68
4.19. Direito de certidão (art. 5.º, XXXIV, “b”).....	69
4.20. Princípio da inafastabilidade de jurisdição (art. 5.º, XXXV).....	69
4.21. Proteção ao direito adquirido, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito (art. 5.º, XXXVI).....	71
4.22. Juízo natural (art. 5.º, XXXVII e LIII).....	72
4.23. Júri popular (art. 5.º, XXXVIII).....	72
4.24. Princípio da legalidade penal e da retroatividade da lei penal mais favorável (art. 5.º, XXXIX e XL).....	74
4.25. Vedação ao racismo (art. 5.º, XLII)	75
4.26. Tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, crimes hediondos e ação de grupos armados contra a ordem constitucional (art. 5.º, XLIII e XLIV)	76
4.27. Pessoalidade da pena (art. 5.º, XLV)	77
4.28. Princípio da individualização da pena; penas admitidas e penas vedadas (art. 5.º, XLVI e XLVII).....	77
4.29. Extradicação (art. 5.º, LI e LII)	79
4.30. Devido processo legal (art. 5.º, LIV).....	80
4.30.1. Princípio da razoabilidade ou proporcionalidade.....	80
4.31. Contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LV)	81
4.31.1. Ampla defesa e duplo grau de jurisdição.....	82
4.32. Vedação à prova ilícita (art. 5.º, LVI).....	82
4.33. Princípio da presunção da inocência (art. 5.º, LVII).....	84
4.34. Identificação criminal do civilmente identificado (art. 5.º, LVIII).....	85
4.35. Ação privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX).....	86
4.36. Hipóteses constitucionais em que é possível a prisão (art. 5.º, LXI, LXVI).....	87
4.37. Respeito à integridade física e moral, direito de permanecer calado e outros direitos do preso (art. 5.º, XLIX, LXII, LXIII, LXIV e LXV).....	88

4.38. Prisão civil por dívida (art. 5.º, LXVII)	90
4.39. Assistência jurídica gratuita (art. 5.º, LXXIV)	91
4.40. Indenização por erro judiciário e excesso na prisão (art. 5.º, LXXV).....	92
4.41. Gratuidade do registro civil de nascimento, da certidão de óbito, do <i>habeas corpus</i> , do <i>habeas data</i> e, na forma da lei, dos atos necessários ao exercício da cidadania (art. 5.º, LXXVI e LXXVII)	92
4.42. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII).....	93
4.43. Proteção dos dados pessoais (art. 5.º, LXXIX).....	93
4.44. <i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII).....	94
4.45. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX e LXX).....	97
4.45.1. Legitimação ativa.....	98
4.45.2. Legitimação passiva.....	98
4.45.3. Descabimento	99
4.45.4. Medida liminar.....	99
4.45.5. Prazo para impetração.....	100
4.45.6. Competência	100
4.45.7. Duplo grau de jurisdição	100
4.45.8. Honorários advocatícios	101
4.45.9. Desistência.....	101
4.45.10. Mandado de segurança coletivo.....	101
4.46. Mandado de injunção.....	102
4.46.1. Cabimento.....	103
4.46.2. Descabimento	103
4.46.3. Legitimação no mandado de injunção individual.....	104
4.46.4. Efeitos da decisão.....	104
4.46.5. Alcance temporal da decisão.....	106
4.46.6. Mandado de injunção coletivo	106
4.47. <i>Habeas data</i>	108
4.48. Ação popular	109
5. Direitos Sociais.....	111
5.1. Noções	111
5.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11).....	114
5.3. Direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso social ..	115
5.4. A problemática da concretização dos direitos sociais: <i>reserva do possível</i> , <i>garantia do mínimo existencial</i> e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	116
6. Nacionalidade.....	117
6.1. Noções	117
6.2. Espécies de nacionalidade	118
6.3. Critérios de atribuição de nacionalidade	118
6.4. Brasileiros natos (aquisição originária)	119
6.5. Brasileiros naturalizados (aquisição secundária).....	120

6.6. Portugueses residentes no Brasil.....	120
6.7. Tratamento diferenciado entre brasileiro nato e naturalizado.....	121
6.8. Perda da nacionalidade.....	121
6.9. Dupla nacionalidade.....	122
7. Direitos políticos.....	123
7.1. Noções.....	123
7.2. Direito ao sufrágio.....	123
7.3. Capacidade eleitoral ativa.....	124
7.4. Plebiscito e referendo.....	125
7.5. Capacidade eleitoral passiva.....	125
7.6. Inelegibilidades.....	128
7.6.1. Inelegibilidade absoluta.....	128
7.6.2. Inelegibilidade relativa.....	128
7.6.2.1. Motivos funcionais.....	128
7.6.2.2. Motivos de casamento, parentesco ou afi- nidade.....	129
7.6.2.3. Condição de militar.....	131
7.6.2.4. Previsões em lei complementar.....	131
7.7. Privação dos direitos políticos.....	132
7.8. Princípio da anterioridade eleitoral.....	133

CAPÍTULO 3

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	135
1. Introdução.....	135
2. Formas de Estado.....	135
3. Formas de Governo.....	137
4. Sistemas de Governo.....	137
5. Regimes de Governo.....	139
6. A Federação na Constituição de 1988.....	140
6.1. União.....	142
6.2. Estados-membros.....	143
6.2.1. Auto-organização e autolegislação.....	144
6.2.2. Autogoverno.....	145
6.2.3. Autoadministração.....	146
6.2.4. Vedações ao poder constituinte decorrente.....	146
6.3. Municípios.....	147
6.4. Distrito Federal.....	151
6.5. Territórios Federais.....	152
6.6. Formação dos Estados.....	152
6.7. Formação dos Municípios.....	153
6.8. Formação dos Territórios Federais.....	154
6.9. Vedações constitucionais aos entes federados.....	155
7. Intervenção federal.....	155
7.1. Intervenção federal espontânea.....	156

7.2. Intervenção federal provocada.....	156
7.3. Decreto interventivo.....	157
7.4. Controle político.....	158
8. Intervenção nos municípios.....	158
CAPÍTULO 4	
REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	161
1. Noções.....	161
1.1. Espécies de competências.....	161
1.2. Modelos de repartição.....	162
1.3. Técnica adotada pela Constituição de 1988.....	162
2. Competências da União.....	164
3. Competência comum.....	168
4. Competência legislativa concorrente.....	169
5. Competências dos Estados.....	171
6. Competências do Distrito Federal.....	172
7. Competências dos Municípios.....	173
CAPÍTULO 5	
PODER LEGISLATIVO.....	177
1. Funções.....	177
2. Composição.....	178
2.1. Congresso Nacional.....	178
2.2. Câmara dos Deputados.....	179
2.3. Senado Federal.....	179
3. Órgãos.....	180
3.1. Mesas diretoras.....	180
3.2. Comissões.....	181
3.2.1. Comissões parlamentares de inquérito.....	182
3.2.1.1. Criação.....	182
3.2.1.2. Poderes de investigação.....	183
3.2.1.3. Direitos dos depoentes.....	184
3.2.1.4. Competência.....	185
3.2.1.5. Incompetência.....	185
3.2.1.6. Controle judicial.....	186
3.3. Plenário.....	187
4. Reuniões.....	187
5. Atribuições.....	188
5.1. Atribuições do Congresso Nacional.....	188
5.2. Atribuições da Câmara dos Deputados.....	190
5.3. Atribuições do Senado Federal.....	192
5.4. Convocação e pedido de informações a Ministro de Estado....	194
6. Estatuto dos congressistas.....	195
6.1. Imunidades.....	196
6.1.1. Imunidade material.....	196

6.1.2. Imunidade formal.....	197
6.2. Foro especial em razão da função.....	199
6.3. Afastamento do Poder Legislativo.....	200
6.4. Desobrigação de testemunhar.....	201
6.5. Incorporação às Forças Armadas	201
6.6. Subsistência das imunidades	201
6.7. Incompatibilidades.....	202
6.8. Perda do mandato	202
6.9. Renúncia ao mandato.....	204
6.10. Manutenção do mandato.....	204
6.11. Deputados estaduais, distritais e vereadores	205
7. Tribunais de Contas	205
7.1. Tribunal de Contas da União.....	205
7.2. Tribunais de contas estaduais, distrital e municipais	210

CAPÍTULO 6

PROCESSO LEGISLATIVO	213
1. Conceito	213
2. Classificação.....	213
3. Processo legislativo ordinário	214
3.1. Fase introdutória.....	214
3.1.1. Iniciativa e Casa iniciadora	214
3.1.2. Iniciativa popular.....	215
3.1.3. Iniciativa privativa do Chefe do Executivo	216
3.1.4. Iniciativa dos tribunais do Poder Judiciário.....	216
3.1.5. Iniciativa em matéria tributária	216
3.1.6. Iniciativa da lei de organização do Ministério Público ..	217
3.1.7. Iniciativa das leis de organização dos tribunais de contas..	217
3.1.8. Iniciativa privativa e emenda parlamentar	218
3.1.9. Vício de iniciativa e sanção	218
3.2. Fase constitutiva.....	218
3.2.1. Abolição da aprovação por decurso de prazo.....	219
3.2.2. Atuação prévia das comissões.....	219
3.2.3. Deliberação plenária	220
3.2.4. Aprovação definitiva pelas comissões.....	221
3.2.5. Sanção	221
3.2.6. Veto	222
3.3. Fase complementar.....	223
3.3.1. Promulgação	224
3.3.2. Publicação.....	224
4. Procedimento legislativo sumário.....	226
5. Processos legislativos especiais	226
5.1. Emendas à Constituição.....	226
5.2. Medidas provisórias	227

5.2.1.	Desnecessidade de convocação extraordinária.....	228
5.2.2.	Limitações materiais.....	228
5.2.3.	Procedimento legislativo	230
5.2.4.	Efeitos da medida provisória sobre lei pretérita	232
5.2.5.	Prazo de eficácia.....	232
5.2.6.	Trancamento de pauta	232
5.2.7.	Trancamento subsequente de pauta	233
5.2.8.	Perda de eficácia.....	234
5.2.9.	Apreciação plenária	234
5.2.10.	Conversão parcial	234
5.2.11.	Reedição	235
5.2.12.	Medida provisória e impostos.....	235
5.2.13.	Art. 246 da Constituição Federal.....	235
5.2.14.	Medidas provisórias anteriores à EC 32/2001	236
5.2.15.	Retirada.....	236
5.2.16.	Revogação	237
5.2.17.	Apreciação judicial dos pressupostos constitucionais	238
5.2.18.	Medida provisória nos estados-membros	238
5.3.	Leis delegadas	238
5.4.	Decretos legislativos	240
5.5.	Resoluções	240
6.	Processo legislativo nos estados-membros e municípios.....	241
7.	Controle judicial do processo legislativo.....	241

CAPÍTULO 7

MODIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	243
1. Mutações, revisão e reforma.....	243
1.1. Revisão constitucional	244
1.2. Emenda constitucional	245
2. Limitações ao poder de reforma	246
2.1. Limitações temporais	246
2.2. Limitações circunstanciais	246
2.3. Limitações processuais ou formais	247
2.3.1. Limitações processuais ligadas à apresentação da proposta de emenda à Constituição.....	247
2.3.2. Limitações processuais ligadas à deliberação sobre a proposta de emenda à Constituição.....	248
2.3.3. Limitações processuais ligadas à promulgação da emenda	248
2.3.4. Limitações processuais ligadas à vedação de reapreciação de proposta rejeitada ou havida por prejudicada.....	249
2.4. Limitações materiais	249
2.4.1. A expressão “não será objeto de deliberação”.....	250
2.4.2. A expressão “tendente a abolir”	251

2.4.3. Cláusula pétrea e “os direitos e garantias individuais”...	251
3. Controle judicial do processo legislativo de emenda	252
4. Controle judicial de emenda promulgada	253
5. Reforma da Constituição estadual	254
CAPÍTULO 8	
PODER EXECUTIVO	255
1. Noção de presidencialismo	255
2. Funções	256
3. Investidura	256
4. Impedimentos e vacância	258
5. Atribuições	259
6. Vice-Presidente da República	262
7. Ministros de Estado	262
8. Órgãos consultivos	262
9. Responsabilização	264
9.1. Crimes de responsabilidade	264
9.2. Crimes comuns	266
9.2.1. Imunidades	267
9.2.2. Prerrogativa de foro	268
10. Governadores de Estado	269
CAPÍTULO 9	
PODER JUDICIÁRIO	271
1. Introdução	271
2. Órgãos do Poder Judiciário	272
3. Funções típicas e atípicas	274
4. Garantias do Poder Judiciário	274
5. Organização da carreira	276
6. Garantias aos magistrados	278
7. Vedações	278
8. Subsídios dos membros do Poder Judiciário	279
9. Conselho Nacional de Justiça	280
10. Supremo Tribunal Federal	284
10.1. Competências	285
11. Superior Tribunal de Justiça	288
11.1. Competências	289
12. Justiça Federal	291
13. Justiça do Trabalho	294
14. Justiça Eleitoral	298
15. Justiça Militar	300
16. Justiça Estadual	301
17. Justiça do Distrito Federal	301
18. Justiça dos Territórios	302
19. “Quinto constitucional”	302

20. Julgamento de autoridades.....	302
21. Precatórios judiciais.....	304
21.1. Exceção ao regime de precatórios.....	305
21.2. Ordem de pagamento.....	306
21.3. Sequestro de valor.....	307
21.4. Vedação ao fracionamento.....	307
CAPÍTULO 10	
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	309
1. Introdução.....	309
2. Ministério Público.....	309
2.1. Composição.....	310
2.2. Posição constitucional.....	310
2.3. Princípios do Ministério Público.....	311
2.3.1. Princípio da unidade.....	311
2.3.2. Princípio da indivisibilidade.....	311
2.3.3. Princípio da independência funcional.....	311
2.3.4. Autonomia administrativa e financeira.....	311
2.3.5. Princípio do promotor natural.....	313
2.4. Funções do Ministério Público.....	313
2.5. Ingresso na carreira.....	315
2.6. Nomeação dos Procuradores-Gerais.....	316
2.7. Garantias dos membros.....	317
2.8. Vedações constitucionais.....	317
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público.....	318
2.10. Ministério Público junto aos tribunais de contas.....	320
2.11. Prerrogativa de foro.....	321
2.12. Atuação perante o Supremo Tribunal Federal.....	322
3. Advocacia pública.....	322
4. Advocacia.....	323
5. Defensoria Pública.....	325
CAPÍTULO 11	
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	329
1. Introdução.....	329
2. Conceito e espécies de inconstitucionalidades.....	331
2.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão.....	331
2.2. Inconstitucionalidade material e formal.....	331
2.3. Inconstitucionalidade total e parcial.....	332
2.4. Inconstitucionalidade direta e indireta.....	333
2.5. Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	334
2.6. Inconstitucionalidade circunstancial.....	334
2.7. Inconstitucionalidade “chapada”, “enlouquecida”, “desvairada”... ..	334
3. Sistemas de controle.....	334
4. Modelos de controle.....	335

5. Vias de ação	335
6. Momento do controle.....	337
7. Características gerais do controle jurisdicional de constitucionalidade na Constituição de 1988	337
8. Fiscalização não jurisdicional.....	339
8.1. Poder Legislativo	340
8.2. Poder Executivo	341
8.3. Tribunais de contas.....	341
9. Controle difuso	342
9.1. Introdução	342
9.2. Legitimação ativa.....	342
9.3. Espécies de ações judiciais	343
9.4. Competência	343
9.5. Efeitos da decisão	345
9.6. Atuação do Senado Federal	346
9.7. Súmula vinculante.....	347
9.7.1. Iniciativa	348
9.7.2. Atuação do Procurador-Geral da República	349
9.7.3. Manifestação de terceiros	349
9.7.4. Requisitos	349
9.7.5. Deliberação.....	350
9.7.6. Alcance da força vinculante.....	350
9.7.7. Início da força vinculante.....	351
9.7.8. Descumprimento da súmula vinculante.....	351
9.7.9. Situação das súmulas anteriores à EC 45/2004.....	351
10. Controle abstrato	351
10.1. Introdução	351
10.2. Ação direta de inconstitucionalidade	352
10.2.1. Conceito	352
10.2.2. Legitimação ativa.....	353
10.2.3. Objeto.....	355
10.2.4. Causa de pedir aberta.....	357
10.2.5. Petição inicial.....	357
10.2.6. Imprescritibilidade.....	358
10.2.7. Impossibilidade de desistência	358
10.2.8. Pedido de informações.....	358
10.2.9. Intervenção de terceiros	359
10.2.10. Admissibilidade de <i>amicus curiae</i>	359
10.2.11. Atuação do Advogado-Geral da União.....	361
10.2.12. Atuação do Procurador-Geral da República.....	361
10.2.13. Medida cautelar em ADI.....	362
10.2.14. Decisão de mérito.....	364
10.2.14.1. Deliberação	364
10.2.14.2. Natureza dúplice ou ambivalente.....	365

10.2.14.3.	Possibilidade de cumulação de pedidos.....	365
10.2.14.4.	Princípio da fungibilidade.....	365
10.2.14.5.	Efeitos da decisão	366
10.2.14.6.	Modulação dos efeitos temporais.....	367
10.2.14.7.	Definitividade da decisão de mérito	368
10.2.14.8.	Momento da produção de efeitos	369
10.2.14.9.	Breve resumo do procedimento de ADI perante o STF.....	369
10.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	370
10.3.1.	Introdução	370
10.3.2.	Legitimação ativa.....	371
10.3.3.	Legitimação passiva.....	372
10.3.4.	Objeto.....	372
10.3.5.	Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador- -Geral da República	373
10.3.6.	Concessão de medida cautelar	373
10.3.7.	Efeitos da decisão de mérito.....	374
10.4.	Ação declaratória de constitucionalidade	374
10.4.1.	Introdução	374
10.4.2.	Principais aspectos comuns	375
10.4.3.	Objeto.....	376
10.4.4.	Relevante controvérsia judicial.....	377
10.4.5.	Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma..	377
10.4.6.	Medida cautelar.....	377
10.4.7.	Não atuação do Advogado-Geral da União.....	378
10.5.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental	378
10.5.1.	Introdução	378
10.5.2.	Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	379
10.5.3.	Preceito fundamental	380
10.5.4.	Subsidiariedade da ADPF.....	380
10.5.5.	Competência e legitimação.....	381
10.5.6.	Medida liminar.....	381
10.5.7.	Decisão.....	381
10.6.	Controle abstrato nos estados.....	385
10.6.1.	Introdução	385
10.6.2.	Competência	386
10.6.3.	Legitimação	386
10.6.4.	Parâmetro de controle	386
10.6.5.	Simultaneidade de ações diretas	386
10.6.6.	Recurso extraordinário contra decisão de ADI estadual..	388
10.6.7.	Distrito Federal	389
10.6.8.	Representação interventiva.....	390

CAPÍTULO 12

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS ...	391
1. Introdução	391
2. Estado de defesa.....	391
2.1. Prazo	392
2.2. Abrangência.....	393
2.3. Medidas coercitivas.....	393
2.4. Controle	394
3. Estado de sítio.....	394
3.1. Pressupostos.....	395
3.2. Duração.....	395
3.3. Abrangência.....	395
3.4. Medidas coercitivas.....	396
3.5. Controle	396
4. Forças Armadas	399
5. Segurança pública.....	402

CAPÍTULO 13

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	405
1. Introdução	405
2. Princípios gerais da atividade econômica.....	406
2.1. Fundamentos: livre-iniciativa e valorização do trabalho humano...	406
2.2. Princípios básicos da ordem econômica.....	407
2.2.1. Soberania nacional.....	407
2.2.2. Propriedade privada e sua função social	407
2.2.3. Livre concorrência.....	408
2.2.4. Defesa do consumidor.....	409
2.2.5. Defesa do meio ambiente.....	409
2.2.6. Redução das desigualdades regionais e sociais e busca do pleno emprego.....	410
2.3. Liberdade de exercício de atividades econômicas.....	411
2.4. Atuação do Estado como agente econômico em sentido estrito...	412
2.5. Atuação do Estado como prestador de serviços públicos.....	414
2.6. Atuação do Estado como agente econômico, em regime de monopólio.....	415
2.7. Atuação do Estado como agente regulador.....	416
2.8. Exploração de recursos minerais e potenciais de energia hidráulica	417
3. Política urbana.....	418
4. Política agrícola e fundiária; reforma agrária.....	420
5. Sistema Financeiro Nacional	423

CAPÍTULO 14

ORDEM SOCIAL.....	425
1. Seguridade social.....	425

1.1. Saúde (arts. 196 a 200).....	426
1.2. Previdência social (arts. 201 e 202).....	429
1.2.1. Regras para aposentadoria.....	430
1.2.2. Regime de previdência privada complementar.....	431
1.3. Assistência social (arts. 203 e 204).....	432
2. Educação (arts. 205 a 214).....	432
2.1. Princípios constitucionais do ensino.....	433
2.2. Autonomia das universidades.....	433
2.3. Deveres do Estado em relação ao ensino.....	434
2.4. Participação da iniciativa privada.....	435
2.5. Organização dos sistemas de ensino.....	435
2.6. Aplicação de recursos na educação.....	436
2.7. Plano nacional de educação.....	437
3. Cultura (arts. 215 e 216).....	437
4. Desporto (art. 217).....	438
5. Ciência, tecnologia e inovação (arts. 218, 219, 219-A e 219-B).....	439
6. Comunicação social (arts. 220 a 224).....	440
6.1. Comunicação social e liberdade de informação.....	440
6.2. Regras acerca dos meios de comunicação e programação.....	441
6.3. Participação do capital estrangeiro.....	442
6.4. Controle pelo Poder Legislativo, outorga e renovação da concessão, permissão ou autorização.....	442
7. Meio ambiente (art. 225).....	442
8. Proteção à família, à criança, ao adolescente, ao jovem e ao idoso....	444
9. Indígenas.....	449
BIBLIOGRAFIA.....	451